

BERNSTEIN, Richard J. **El abuso del mal: La corrupción de La política y La religión desde el 11/9**. Tradução para o espanhol de Alejandra Vassallo y Verónica Inés Weinstabl. Buenos Aires: Katz, 2006. 228 p.

Jarbas Dametto

Psicólogo, mestre e doutorando em Educação pela Universidade de Passo Fundo.
Professor da Universidade de Passo Fundo e da Faculdade Anglicana de Tapejara-RS.

A obra intitulada “*The abuse of evil. The corruption of politics and religion since 11/9*”, remete a uma análise dos fenômenos políticos e religiosos decorrentes do clima emocional, eminentemente paranoide, gerado a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos. O autor se debruça sobre o uso recorrente de uma ideia pouco crítica de “mal” e sua inserção no campo da política, atentando para os riscos evidentes de tal olhar sobre os problemas políticos e diplomáticos, principalmente quando utilizado como base para referendar decisões drásticas, como as empreitadas bélicas impetradas contra o Iraque e contra o Afeganistão. Bernstein trabalha, então, com a hipótese básica de que o uso de uma dicotomia simplista, que reduz o mundo a um combate entre o bem e o mal, perverte as bases fundamentais da política democrática e, mesmo tendo como referência princípios supostamente religiosos, corrompe, também, este campo, propondo extremismos que colidem frontalmente com as tendências atuais, sempre dinâmicas, das grandes religiões.

O debate desta obra expõe um pouco da história acerca da mentalidade político-religiosa norte-americana e explícita a importância dos pensadores pragmáticos na construção de um legítimo espírito democrá-

tico, exercício intelectual iniciado em meio aos traumas e litígios resultantes da Guerra Civil (também conhecida como “Guerra de Secessão”, ocorrida no período de 1861 a 1865) e estendido até as décadas iniciais do século XX.

O autor inicia sua argumentação abordando a obra de Hannah Arendt (1906-1975), retomando um pouco de suas definições acerca do mal, conceito efetivamente evitado por muitos filósofos, dado sua conotação fortemente religiosa. O *mal radical*, de acordo com Arendt, seria aquele experimentado nos regimes totalitários vividos no século XX, nos quais o ser humano torna-se supérfluo como tal, eliminando-o como sujeito de direitos, como sujeito moral e cooperativo, e como sujeito espontâneo. Indo além da possibilidade de morte física, segundo a referida autora, as massas foram resumidas a uma multidão despersonalizada de “não-homens”, de indivíduos consumidos. Um fato que inquietou Arendt foi a mentalidade que carregavam os executores de tal processo de aniquilação humana (no caso, os comandantes nazistas), na qual não se identificavam traços maldosos ou perversos, mas sim uma gélida indiferença, uma legítima “incapacidade para pensar”. Deste ponto, tira-se uma observação importante, que baliza os debates posteriores

do livro abordado: o “mal”, em proporções maiores, não emerge do sujeito maldoso, mas sim de *um posicionamento intelectual e afetivo que pode arrebatá-lo o indivíduo comum*, tal qual aconteceu, por exemplo, na Alemanha nazista e no stalinismo.

Considera-se que o debate sobre o mal incita ao *pensamento* e, deste modo, reduz seus perigos, sua efetiva manifestação, ou quem sabe, seu surgimento. Diante desta premissa, Bernstein conduz a uma retomada de alguns autores que representam a escola pragmática norte-americana, e sua forma essencial de aproximação de uma posição intelectual razoável, o *falibilismo pragmático*. Os intelectuais C. S. Peirce (1839-1914), W. James (1842-1910), J. Dewey (1859-1952), dentre outros, são apresentados como representantes de um modo de pensar que propõe que o pensamento é necessariamente um fenômeno que leva à ação e à criação de hábitos, logo, o pensamento é, em contraste com outras correntes filosóficas que se detêm a problemáticas exclusivamente metafísicas, um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa.

O falibilismo, posicionamento filosófico efetivamente elogiado pelo autor, pressupõe o debate aberto e público das ideias, no qual se abre mão dos posicionamentos radicais em prol de um diálogo efetivo em espaço público, mesmo que estabelecido por posições radicalmente antagônicas. Trata-se de uma prática que tolera a incerteza e nega os absolutos, de modo que releva aquilo que o autor denomina “ansiedade cartesiana”, que é a busca por um conhecimento incorrigível no qual possa ficar claro “ou isso, ou aquilo”, em uma atitude fóbica em relação ao caos e ao incerto. No falibilismo, “[...] cualquier reivindicación de conocimiento, o, em general, cualquier reivindicación de validez – incluidas las reivindicaciones morales y políticas – es pasible de análisis, modificación e crítica permanentes.” (BERNSTEIN, 2006, p.55)

Para o falibilismo, atos e valores são indissociáveis, não há possibilidade de nos determos somente ao plano das ideias, já que isso sempre resultará em efeitos práticos. A democracia, segundo o autor, poderia se beneficiar sobremaneira de tal mentalidade, como de fato ocorreu na história recente norte-americana, com exceção de períodos nos quais a mentalidade geral foi impelida ao extremismo político e religioso.

O autor aponta um processo cíclico, no qual, ora ou outra, os absolutos emergem na política norte-americana. Em um passado recente, a União Soviética, com sua “ameaça comunista”, ocupou o lugar de “representante do mal” hoje atribuída ao terrorismo e, de modo perigosamente generalizado, ao mundo islâmico.

O grande problema observado pelo autor após o 11/9, é que o mal, por exemplo, na mídia norte-americana e nos discursos de George W. Bush, passou a ser algo indiscutível, sobre o qual não coube qualquer argumentação ou ponderação, ou seja, tratou-se o mal como um absoluto, capaz de justificar seu franco aniquilamento. Tentar relativizar o mal, em tal contexto, passou a ser visto como uma atitude fraca, ou até afeminada, que atentava contra a integridade e a honra nacional, de modo que, diante de uma suposta ameaça iminente, a *certeza* subjetiva ganhou efeitos de *verdade* objetiva, justificando políticas de Estado contestáveis.

“Apelar a los absolutos es desastroso para la política” (BERNSTEIN, 2006, p.35), e efetivamente, pode acabar com a política democrática enquanto espaço de deliberação racional, esvaziando a argumentação. Segundo o autor, o discurso sobre o bem e o mal, posterior ao 11/9, é anti-político e anti-religioso. Ele possui um grande potencial de mobilização emocional, que redundava em um fervor intransigente, que tende ao emparelhamento das subjetividades e a posicionamen-

tos violentos (tal qual no totalitarismo). Esta condição, como afirmara Arendt, inviabiliza a política democrática, dado que tal fenômeno político só acontece em espaços plurais, e “La pluralidad supone individualidad, distinción e igualdad.” (idem, p.125). Panorama este, deveras distinto daquele propiciado pelo radicalismo antiterrorista.

Rebatendo a críticas ao falibilismo pragmático, Bernstein pondera que mentalidade falibilista não é demasiadamente otimista, indecisa, nem totalmente tolerante, ela parte de alguns princípios, mas não de dogmas irrefutáveis. Em essência, ela tolera a falta de consenso, a existência de minorias, de posicionamentos antagônicos, de pendências insolúveis, de modo que se constitui uma boa ferramenta de deliberação para a sociedade democrática, entendendo-a como uma coexistência pacífica de posicionamentos intelectuais, afetivos e culturais diversos.

Bernstein considera que, mesmo nas religiões, não há uma única concepção do que é o mal, já que toda a religião é dinâmica em suas interpretações, sofrendo releituras e adaptações de acordo com o momento histórico vivido: o mal, em termos absolutos, é também anti-religioso. Ele identifica na comunidade judaico-cristã norte-americana, uma tendência, não majoritária, mas mesmo assim significativa, a adentrar em uma leitura extremada de fenômenos morais e políticos, vendo a dinâmica social como ameaçadora da cultura tradicional, e deste modo, elegendo inimigos do Todo-poderoso a serem aniquilados. Segundo o autor, trata-se de um maniqueísmo subvertido, dado que mesmo nas interpretações maniqueístas do mundo, não prevê a eliminação do mal, mas sim

um perpétuo jogo de força entre o bem e o mal. Através de tal olhar, bem como de sua inserção no campo político-governamental, a religião acaba por inviabilizar o diálogo, alimentando a hostilidade entre os povos.

Como críticas à obra, pode-se considerar que o autor passa distante dos condicionamentos econômicos desta “crise de razão” que assolou (ou ainda assola) a política norte-americana, de modo que não problematiza a influência da economicamente importante indústria bélica, que efetivamente depende de conflitos armados para sua subsistência. Frente a este aspecto, do interesse financeiro e o provável *lobby* por ele realizado, a obra transmite certo ar de ingenuidade.

Seu debate se restringe ao conflito de mentalidades, abordando os discursos e seus efeitos práticos. O autor parece aceitar, com algumas reservas, o “deslize de pensamento” dos governantes, pondo em posição de mera suspeita a possibilidade de um “engano intencional”, ou seja, de se ter usado deliberadamente a posição extremista e, por vezes, a mentira, como argumento político para ações de governo, principalmente em âmbito internacional.

No entanto, para além das críticas realizadas, a obra persiste como uma leitura importante para desvelar alguns aspectos da sociedade norte-americana “vista de dentro”, aproximando-nos de sua realidade atual e de sua história recente, tanto no âmbito político, quanto filosófico e religioso. Também demonstra, diante de situações práticas, a relevância da filosofia e, mais especificamente, do debate filosófico público, para a construção de uma experiência social satisfatória.

